



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 907/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1716/2014 (08 Volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas- ARSAM.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sr. Fábio Augusto Alho da Costa, ex-Presidente e Ordenador de Despesas - ARSAM.

6- Unidade Técnica: DICA/AM – Relatório Conclusivo nº. 06/2015 (fls. 1397/1413).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 536/2015-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 1415/1420).

8- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas. Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas- ARSAM. Exercício de 2013.

Glosa. Contas irregulares. Multa. Prazo. Determinação à SEPLENO.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que passa a ser parte integrante deste Acórdão, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Glosar o montante de **R\$ 135.281,86** (cento e trinta e cinco mil, duzentos e oitenta e um reais e oitenta e seis centavos), referente às impropriedades “2” e “3” do relatório/voto, considerando o Sr. **Fábio Augusto Alho da Costa**, Diretor da ARSAM e Ordenador de Despesas, à época, **em alcance**, nos termos do art. 304, I, da Res. n. 4/2002, fixando-lhe o **prazo de 30 (trinta) dias**, para que recolha o valor do **débito** aos cofres da Fazenda Municipal, com a devida comprovação nestes autos (art. 72, III, “a” da Lei n. 2423/1996 e art. 308, §3º, da Res. nº. 4/2002). Expirado o prazo estabelecido, o valor deverá ser inscrito na Dívida Ativa do Município, com imediata cobrança judicial cientificando o Tribunal de todas as medidas adotadas;

9.2- Julgar irregular, com fulcro no art. 1º, III, 22, “b”, da Lei n. 2.423/1996; e art. 188, §1º, III, “b”, da Res. nº. 04/2002, a Prestação de Contas, referente ao exercício de 2013, da Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas - ARSAM, de responsabilidade do Sr. **Fábio Augusto Alho da Costa**, Diretor – Presidente da ARSAM e Ordenador de Despesas, à época;

9.3- Na forma prevista no art. 1º, XXVI e art. 52 da Lei nº. 2423/1996, **aplicar** ao Sr. **Fábio Augusto Alho da Costa**, Diretor da ARSAM e Ordenador de Despesas, à época, **multa** no montante de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), de acordo com o art. 308, VI, da Res. nº. 4/2002, alterado pela Res. n. 25/2012, referente aos atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial constantes nos itens **2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10** do relatório/voto;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 907/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.4- Fixar prazo de 30 (trinta) dias (art. 174 do RITCE), para que o Sr. **Fábio Augusto Alho da Costa**, Diretor da ARSAM e Ordenador de Despesas, à época, recolha aos cofres da Fazenda Estadual o valor da multa ora aplicada, com a devida comprovação nos autos, o qual deverá ser atualizado monetariamente, na hipótese de expirar o prazo concedido (art. 55, da Lei n. 2423/96), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas nas Subseções III e IV da Secção III, do Capítulo X, da Res. n. 4/2002;

9.5- Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que:

9.5.1- Remeta à atual Administração da Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas, cópias autênticas das peças emitidas pela Comissão de Inspeção e pelo Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestações de Contas futuras;

9.5.2- Notifique o Sr. **Fábio Augusto A. da Costa**, Diretor da ARSAM e Ordenador de Despesas, à época, cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresente o devido recurso;

9.5.3- Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002, adote as providências do artigo 162, §2º, do RITCE.

10- Ata: 40ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 28 de outubro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julião Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Relatora

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA

Procurador-Geral